

A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil

Ilse Gomes Silva*

Resumo:

O objetivo desse artigo é analisar o momento político do Brasil à luz dos processos de ascensão dos setores de direita ao centro da cena política ameaçando a democracia e os direitos dos trabalhadores. O setor conservador tomou as ruas disputando o apoio da população para os seus temas autoritários, racistas e homofóbicos. Esta direita tem demonstrado força e pautado o debate político ancorada no resultado das eleições de 2014 que conferiu ao Congresso Nacional e às políticas governamentais um caráter conservador e autoritário.

Palabras claves: Democracia; política; conservadorismo.

The Conservative Agenda Takes Center Stage in Brazilian Politics

Abstract:

The objective of this article is to analyze the current political moment in Brazil in light of the rise of rightwing sectors to the center of the political stage, threatening democracy and workers' rights. The conservative sector took to the streets to seek popular support for its authoritarian, racist and homophobic causes. The right has demonstrated force and controlled the political debate as a result of the 2014 elections, which conferred upon the national Congress and government policies a conservative and authoritarian character.

Keywords: Democracy; politics; conservatism.

Introdução

A democracia foi glorificada pelo Ocidente como consequência do liberalismo, criando-se o mito da identificação entre o livre mercado e a democracia. Embora a ideologia dominante realce esse discurso, as diversas lutas sociais nos mais variados recantos do mundo escancaram os limites da democracia burguesa.

* Doutora em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professora da UFMA; coordenadora do Grupo de Estudos de Política e Ideologias (GEPOLIS), na mesma Universidade. São Luís-MA, Brasil.
End. eletrônico: ilse@terra.com.br

No chamado mundo democrático, quanto maior a resistência dos trabalhadores, maior a repressão e o autoritarismo.

Losurdo é claro ao demonstrar, do ponto de vista histórico e teórico, a resistência do liberalismo à democracia principalmente quando se tocava no direito à participação política dos trabalhadores, dos negros e indígenas. O autor afirma que “é um dado de fato que precisamente os países com uma tradição liberal mais consolidada acumularam um considerável atraso histórico no próprio terreno da emancipação política (...)”. (Losurdo, 2004:51)

Marx, ao analisar, n’O 18 *Brumário de Luís Bonaparte*, as lutas de classes na França do século XIX, expõe o caráter classista da própria democracia e a sua sobredeterminação pelos interesses econômicos e políticos da classe dominante. Em conjunturas de forte organização política da classe trabalhadora, a burguesia não tem pudores em romper com os preceitos democráticos e passar por cima das regras do jogo. Para o autor “desde que a palavra liberdade seja respeitada e que apenas a sua efetivação seja proibida, pelas vias legais, é claro, a existência constitucional da liberdade mantém-se integral, intacta, embora a sua existência real seja totalmente sufocada” (Marx, s.d: 214).

Essa situação tem se repetido ao longo da história, principalmente em momentos de aprofundamento da crise do capitalismo¹ e quando se avança para uma crise política. As crises, seja em sua dimensão econômica, política ou ideológica, são expressões das contradições do próprio modo de produção capitalista e do acirramento da luta de classes. A combinação dos fatores geradores da crise econômica com o aumento da politização das lutas sociais resultam, geralmente, em crises políticas que exigem novos rearranjos no bloco no poder que dá sustentação ao governo. Entretanto, assim como a crise econômica não leva necessariamente a uma crise política a convergência das duas crises tampouco implica o questionamento das estruturas do modo de produção capitalista.

Para Poulantzas (1977b) a autonomia relativa entre as instâncias do sistema capitalista e a respectiva especificidade entre elas provocam defasagens que atuam para que a crise no campo econômico não resulte em uma crise política ou no questionamento das estruturas do sistema. “Em suma, a crise política consiste em uma série de traços particulares resultantes desta condensação das contradições no domínio político, e que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como os aparelhos de Estado” (Poulantzas, 1977b: 9).

1 Tomo como referência a concepção de crise do capital presente em Marx (1991:243) quando escreve que “a tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é portanto apenas expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho”.

Na década de 1970 e 1980, a crise econômica pelo qual passou o sistema capitalista criou as condições para a hegemonia do neoliberalismo no mundo e a implementação de suas respectivas políticas sociais. A cada nova crise o Estado é responsabilizado como fator desencadeador desses processos enquanto a burguesia dirige sua artilharia para a participação política dos trabalhadores e para o sistema de proteção social cujo objetivo é “subjugar os sindicatos e impor duras reformas econômicas, ‘libertando’ o capital dos controles que lhes haviam sido impostos por duzentos anos de lutas populares” (Moraes, 1998: 121).

A hegemonia do neoliberalismo também trouxe consigo a reorganização de movimentos de direita e extrema direita, altamente antidemocráticos, de feições neonazistas e neofascistas. A ideologia do ódio às bandeiras de emancipação da classe trabalhadora alimenta-se das consequências das crises do sistema de reprodução do capital. As classes dominantes para efetivar o neoliberalismo necessitam, por um lado, de um Estado com o aparelho repressor fortalecido para impor restrições aos direitos políticos e sociais dos trabalhadores. E, por outro lado, requer aparelhos ideológicos capazes de atingir as massas populares. É nessa condição que entra o papel da grande mídia, entidades religiosas e movimentos de caráter nazistas, fascista, racistas e xenófobos.

Na verdade, os aparelhos de Estado consagram e reproduzem a dominação de classe exercendo a repressão, a violência física com relação às massas populares, mas organizam igualmente a hegemonia de classe fazendo funcionar um certo jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e certas classes dominadas, e instaurando um ‘consenso’ ideológico destas com relação ao poder político das classes dominantes (Poulantzas, 1977a: 26).

Em 2008, ao sofrer sua mais recente crise, o capitalismo intensificou os processos de expropriação dos trabalhadores e, em reação ao aumento da precarização do trabalho e do desemprego, as lutas de resistência antineoliberal e, em alguns casos, anticapitalista se ampliaram. Entretanto, paralelo ao crescimento das mobilizações antineoliberais ressurgem os movimentos da direita e da extrema direita em todos os países.

No Brasil, a crise de 2008 alcançou o governo do Partido dos Trabalhadores no último mandato de Lula, mas foi sentida com maior intensidade durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff. Em resposta a essa crise Lula investiu no papel do Estado para garantir o desenvolvimento econômico e evitar o desemprego, principalmente através da redução dos impostos nos setores estratégicos para a economia brasileira, nomeadamente o setor automobilístico, de eletrodoméstico e da construção civil. Essa estratégia do governo Lula ampliou

o espaço do grande capital internacional no Brasil, incentivou a transnacionalização de importantes setores da burguesia nativa, como a construção civil, composta

pelas empreiteiras, uma das mais corruptas frações do grande capital do país. E esse fenômeno que será vital para compreender a profunda crise política que vem corroendo os governos do PT, não só durante o Mensalão, de meados de 2000, mas também após a vitória eleitoral de Dilma, em 2014, com o início de seu segundo mandato (...). (Antunes, 2015: 11-12)

O governo Dilma não se afastou do padrão de intervenção do período de Lula. Entretanto o agravamento da crise mundial limitou a margem de manobra e as possibilidades de manter o equilíbrio instável entre os interesses em disputa das diversas frações da burguesia e os setores populares que constituíam a base social do governo. Nesse cenário de tensão quem mais se destaca pela ofensiva contra os governos do PT é o setor de direita e de extrema direita que encontra no PMDB e no PSDB, a base parlamentar para empreender uma campanha pelo *impeachment* da presidente Dilma com ares de legalidade e legitimidade constitucional. Soma-se a esta empreitada o apoio de setores do aparelho de Estado como o judiciário, inclusive o ministério público, a polícia federal e a forte mobilização do aparelho ideológico, com destaque para a grande mídia e as igrejas neopentecostais.

Nesse cenário de muita complexidade, principalmente pela diversidade dos sujeitos sociais em luta política pela busca de realização de seus interesses econômicos, políticos e ideológicos, pretendo tecer algumas considerações sobre o processo de ascensão do campo conservador ao centro da cena política no Brasil e sua ofensiva contra os direitos dos trabalhadores expressa na agenda conservadora em pauta no Congresso Nacional.

Expressões do conservadorismo na cena política brasileira.

A formação sócio histórica brasileira tem como traço característico o autoritarismo, que se expressa tanto no plano cultural como institucional. Os períodos de autoritarismos pertencem a um passado recente, relacionados ao crescimento da ação política das classes trabalhadora e ainda assombram a nossa jovem e frágil democracia. De forma que em apenas um século de república tivemos 29 anos de ditaduras explícitas, o Estado Novo (1937-45) e a ditadura militar (1965-85), intercalado com regime de democracia restrita e manutenção dos aparelhos autoritários.

As raízes desse autoritarismo são explicadas por Florestan Fernandes. No processo de construção da hegemonia burguesa, ao se realizarem alianças entre os setores estrangeiros, fazendeiros e classes médias, manteve-se o padrão conservador e autoritário das oligarquias e, “à medida que os interesses, as posições e as formas de solidariedade das classes ‘altas’ e ‘médias’ se viram ameaçadas

pela classificação, mobilidade social e violência dos setores assalariados, pobres ou despossuídos, passou-se da conciliação para o endurecimento” (Fernandes, 1973: 105). Esse padrão de hegemonia burguesa conferiu um caráter restrito à nascente democracia brasileira, “aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (Fernandes, 1975: 212).

As contribuições de Saes (2001) sobre a evolução do Estado burguês no Brasil também são importantes para compreender o viés conservador da atuação política das classes dominantes que conferem à democracia brasileira o seu caráter limitado e instável. O autor considera que “nas democracias capitalistas, as crises de hegemonia no seio do bloco no poder abrem o caminho – na medida em que culminam num processo de redefinição dessa hegemonia – para a revogação das instituições políticas democráticas” (Saes, 2001: 124).

Ao longo da vida republicana, o Brasil conheceu vários movimentos sociais que expressaram o pensamento conservador e autoritário da classe dominante brasileira e que disputaram nas ruas o apoio à sua pauta política, como o Movimento Integralista na década de 1930 que mobilizou massa para as suas ideias fascistas, e a Marcha com Deus e pela Liberdade, que apoiou o golpe militar em 1964.

Com o processo de democratização ocorrido no início da década de 1980, a partir de uma intensa luta social protagonizada por entidades sindicais e populares, os movimentos que expressavam o pensamento conservador da classe dominante não desapareceram, mas se recolheram das ruas. A classe dominante, sob a hegemonia do grande capital, manteve o controle o processo de mudança de regime e garantiu no texto constitucional de 1988 a sobrevivência do aparato repressor herdado do período ditatorial.

A campanha das Diretas Já e o processo constituinte, em que pese a intensa mobilização popular, foi dirigido pelas fracções da burguesia descontentes com a ditadura militar. Na opinião de Nery “a oposição burguesa soube conduzir o processo de forma que as contestações mais radicais, vindas da classe operária e das classes populares, fossem abafadas, como foi o caso da proposta de greve geral feita pela CUT” (Nery, 2014: 268).

Na disputa política e ideológica com as classes trabalhadores a classe dominante conseguiu impor limitações à participação popular nas políticas de Estado e bloquear a efetivação das políticas sociais avançadas. “Nessas condições, as principais reivindicações políticas dos trabalhadores não foram concretizadas na nova Constituição promulgada em 1988” (Nery, 2014: 266).

Na década de 1990 o neoliberalismo atinge o seu auge com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), do PSDB. Sua propalada reforma do aparelho Estatal em 1995, ao fazer a distinção entre funções exclusivas e não

exclusivas do Estado alterou o caráter universalista e estatal das políticas sociais, inscritas no texto constitucional de 1988, para um padrão mercadológico.

No plano partidário, as diferentes frações trocaram de figurino e maquiaram sua vocação conservadora e autoritária ao se abrigarem em variadas legendas de reputação duvidosa e ao incluírem a democracia no seu repertório discursivo. A maioria dos políticos atuantes durante a ditadura e originários da antiga Aliança Renovadora Nacional (ARENA) se abrigou nos partidos recém-criados como o Partido Democrático Social (PDS), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Liberal (PL), Partido Popular (PP) e mais recentemente no Democratas (DEM). Enquanto outros foram para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e tantas outras legendas partidárias criadas ao sabor dos interesse oligárquicos.

A hegemonia da fração conservadora da classe dominante nos aparelhos de Estado sofre pequenos arranhões em 2002 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a presidência da República, sustentado por uma política de aliança de ampla base social e partidária. Segundo Almeida

durante o governo Lula se implementou uma política que recebeu o progressivo apoio, claro que diferenciado, de um extraordinário leque de classes e frações de classe – desde o semiproletariado à grande burguesia imperialista, passando pela baixa classe média e a grande burguesia interna; de trabalhadores sindicalizados a dirigentes com um pé nos sindicatos e o outro pé e as mãos à testa de fundos de pensão; lideranças agronegociistas a movimentos de sem-terra. (Almeida, 2013: 10)

Apesar de manter a agenda neoliberal em uma versão mais moderada, incluir em seu governo representantes da direita, como o então senador José Sarney, e de nutrir nas unidades subnacionais antigas oligarquias políticas, os governos do PT sofreram ataques constantes da direita, direcionados, principalmente, aos programas de combate à pobreza, a política externa de aproximação com os países latinos americanos, principalmente Cuba e Venezuela, ao reconhecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à origem operária de Lula. Esse cenário se agravou com a polarização política resultante da disputa pela presidência da República e pelo aumento de parlamentares eleitos para o Congresso Nacional ligados às diversas frações da classe dominante, como, por exemplo, os que compõem a chamada bancada BBB – do Boi, da Bala e da Bíblia. Em contrapartida, ocorreu a diminuição de parlamentares ligados às lutas sociais e aos setores sindicais e populares.

De acordo com o documento *Radiografia do Congresso Nacional: legislatura 2015/2019 do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*, a composição do Congresso não é favorável a aprovação de temas ligados aos direitos humanos e a ampliação dos direitos sociais. As principais bancadas informais do

Congresso têm a seguinte composição em número de deputados: Empresarial possui 221 deputados; Ruralistas, 109; Evangélica, 75; Sindical, 51 e Segurança, 22. O documento destaca a diminuição da bancada sindical que na legislatura anterior tinha 83 membros e na atual tem apenas 51 deputados e 9 senadores. Em entrevista a *Carta Capital*, André Luiz dos Santos, do DIAP, informa que a bancada BBB possui 40% dos votos da Câmara e tem atuado de modo articulado e unificado nas votações de projetos da agenda conservadora.

Esta composição do Congresso Nacional, somada às manifestações de rua, indica que as frações mais conservadoras assumiram a centralidade da cena política no Brasil e adotaram a ofensiva na disputa das massas para a sua agenda regressiva e destruidora dos direitos sociais inscritos na Constituição de 1988.

Essa ofensiva vem crescendo desde 2013 quando a direita disputou a direção das manifestações de junho de 2013 e, com o apoio da grande mídia, conseguiu neutralizar a visibilidade da pauta pela ampliação de políticas sociais e colocou em seu lugar a bandeira de combate a corrupção. Em 2015 se sentiu fortalecida para convocar grandes manifestações contra o governo Dilma Rousseff e assumir a bandeira do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Nas manifestações de 15 de março de 2015 a incitação ao ódio contra a esquerda, ao PT e aos comunistas expressou grande intolerância política. Vestidos de verde e amarelo e entoando o hino nacional, os manifestantes apresentaram as bandeiras de “chega de corrupção e intervenção militar já”; “impeachment: tira Dilma”; “Basta, cadeia para os corruPTos”; “SOS FORÇAS ARMADAS, nossa última chance”; “Fora Dilma e leve o PT Junto”. De modo ousado, nas redes sociais ameaçaram de morte João Pedro Stédile, líder do MST, o ex-presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff.

A ofensiva da classe dominante na política brasileira opera em várias frentes: atua nas ruas, nas redes sociais⁴, na grande mídia, no judiciário e no Congresso Nacional. Nas ruas e nas redes sociais se destacam o Movimento Vem Prá Rua, Movimento S.O.S Forças Armadas e Movimento Brasil Livre, cujas jovens lideranças não escondem sua ligação com tradicionais institutos liberais⁵ e representantes de direita de outros países como *Tea Party* e o *Atlas Network* (Melo, 2015).

² Ver a íntegra da reportagem em <http://www.cartacapital.com.br/revista/844/bbb-no-congresso-1092.html>. Consultado em 12/01/2016

³ A *Folha de S. Paulo* divulgou 1 milhão de pessoas em 26 estados. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Consultado em 24 de março de 2016.

⁴ Para uma compreensão do uso das redes sociais pela direita ver o dossiê *Direitas: políticas e ideologia* em <http://marxismo21.org/direitas-politica-ideologia/> e os artigos de Natalia Viana e Marina Amaral na <http://apublica.org/2015/06/>.

⁵ <http://www.institutoliberal.org.br/blog/movimento-brasil-livre-e-o-15-de-marco-tudo-sobre-o-ato-que-reivindica-o-impeachment-de-dilma-rousseff/>. Consultado em 24 de março de 2015.

Nesse contexto de crescimento do poder político dos setores de direita em sua representação parlamentar e social, a aprovação de projetos de cunho conservador foi facilitada pelas manobras do presidente da Câmara de Deputados, Eduardo Cunha do PMDB/RJ e pelo forte aparato policial mobilizado para “proteger” os deputados que se sentiam ameaçados pelos movimentos sociais das classes trabalhadoras que protestavam diante do Congresso Nacional.

A agenda conservadora no Congresso Nacional é extensa e diversificada. No campo dos direitos humanos temos o Estatuto da Família (projeto 6583/13) que restringe o núcleo familiar à união entre homem, mulher e filhos; a revogação do Estatuto do Desarmamento; o Projeto 171/93⁶ de redução da maioria penal de 18 para 16 anos para crimes graves. No campo dos direitos dos trabalhadores temos, por exemplo, o projeto que muda nas regras do seguro desemprego e do reajuste do salário mínimo; o Projeto de 4330/2004⁷ conhecido como o projeto da terceirização que aumenta a precarização do trabalho. Tem ainda o projeto que garante a independência do Banco Central; a aprovação do novo Código Florestal (2012) e a PEC 215, que retira do Executivo a prerrogativa de demarcar terras indígenas.

Em 2015, a classe dominante de modo unificado convocou ainda duas grandes manifestações, uma em 16 de agosto e, a última, em 13 de dezembro. Em ambas o objetivo foi conquistar as massas para o pedido de impeachment da presidente e legitimar o respectivo projeto na Câmara dos Deputados defendido principalmente pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), e pelo PSDB. Entretanto, a adesão a estas manifestações apresentou um certo decréscimo, de modo que, no dia 13 de dezembro, segundo os números da polícia militar, participaram, no total, cerca de 83 mil pessoas em 26 estados e no Distrito Federal. Portanto muito abaixo de 1 milhão de pessoas da manifestação do dia 15 de março⁸, segundo divulgado pela *Folha de S. Paulo*.

Paralelo às manifestações da classe dominante pelo *impeachment*, o campo da esquerda empreendeu um processo de unificação da luta em defesa da democracia, pelos direitos sociais, contra o ajuste fiscal e contra o *impeachment* ao criar a Frente Brasil Popular e a Frente Brasil Sem Medo. O ato convocado para o dia 16 de dezembro, por várias entidades como a UNE, CUT, MST, MTST

⁶ Foi aprovado em 19/08/2015. <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/494248-CAMARA-APROVA-EM-2-TURNO-REDUCAO-DA-MAIORIDADE-PENAL-EM-CRIMES-GRAVES.html>. Consultado em 15 de janeiro de 2016.

⁷ Aprovado na Câmara dos Deputados no dia 08 de abril de 2015 <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/04/27/quadro-pl-4.330>, consultado em 21/06/2015.

⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contra-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Consultado em 24 de março de 2015.

e partidos políticos como o PT, PSOL e PCdoB, teve a participação de 98 mil pessoas, segundo a polícia militar, em 26 estados. Portanto, pequeno se considerarmos a gravidade da situação política e a amplitude da luta pelos direitos políticos e sociais, e grande se compararmos com o número de participantes da manifestação de 13 de dezembro, organizado pela direita.

O ano de 2016 se iniciou com a disposição da classe dominante em atingir seu objetivo de conquistar as massas para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, desmoralizar e humilhar o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva em sua condição de principal referência política do PT e um forte candidato à presidência da República em 2018. No dia 04 de março, às 6 horas, em uma operação cercada de arbitrariedades jurídicas e acompanhada do espetáculo da grande imprensa, a polícia federal⁹ obriga o ex-presidente Lula e a sua família a prestar depoimento nas dependências do aeroporto de Congonhas sobre a acusação de ser o principal beneficiário da corrupção na Petrobras. Essa operação provocou indignação em vários setores da sociedade brasileira preocupados com a ameaça ao Estado Democrático de Direito, de modo que várias lideranças e entidades nacionais e internacionais¹⁰ responderam com moções de apoio ao ex-presidente e de denúncia aos procedimentos seletivos e autoritários do judiciário, principalmente do juiz Sérgio Moro, de Curitiba. Em resposta, ocorreram protestos em várias cidades brasileiras e se organizaram atos unificados de movimentos sociais e sindicais com a bandeira “Contra o Golpe, em Defesa da Democracia” que têm crescido em todo o país.

A luta entre as forças políticas tem encontrado nas ruas o termômetro que indica a capacidade de mobilização e penetração nas massas desses setores. A grande imprensa manipula os números enquanto dá visibilidade às manifestações da direita e criminaliza a esquerda, alimentando o ódio especialmente contra o PT. Entretanto, o agravamento da situação e a escalada de violência da classe dominante e de setores da classe média tem fortalecido a unidade de ação do campo da esquerda, com a exceção do PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados) que adotou uma campanha do “Fora Todos”. Desse embate, as perspectivas ainda são indefinidas e os desafios para o campo de esquerda são grandes, principalmente diante da urgência de fortalecer a unidade na luta contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos sociais e políticos.

⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746231-policia-federal-faz-operacao-na-casa-do-ex-presidente-lula-na-grande-sp.shtml>. Consultado em 15/03/2016

¹⁰ <http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/03/promotores-e-procuradores-da-republica-criticam-retrocesso-e-banalizacao-de-prisoas-preventivas-4107.html>. Consultado em 16 de março de 2016. <http://www.revistaforum.com.br/2016/03/11/lideres-internacionais-publicam-declaracao-de-apoio-a-lula/>. Consultado em 16 de março de 2016

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de (2013). Após dez anos de governos do PT, sair da perplexidade e unificar as lutas. *Lutas Sociais*, n.30, São Paulo, pp. 09-17.
- ANTUNES, Ricardo (2015). Fenomenologia da crise brasileira. *Lutas Sociais*, vol. 19, n. 35, pp. 09-26.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL de Assessoria Parlamentar. (2014). Radiografia do Novo Congresso: Legislatura 2015-2019 / Brasília, DF : DIAP. 164 p. : il. ; color. (Estudos Políticos do DIAP). Disponível em: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_jdownloads&Itemid=217&view=finish&cid=2883&catid=41. Consultado em 12/01/2016
- FERNANDES, Florestan. (1973). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____ (1975). *Revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
- HAYEK, Friedrich (2010). *O caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- LOSURDO, Domenico (2004). *Democracia ou Bonapartismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora UNESP.
- LOWY, Michael (2015). Capitalismo e democracia na Europa. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/08/20/michael-lowy-capitalismo-e-democracia-na-europa/#more-13126><http://blogdaboitempo.com.br/2015/08/20/michael-lowy-capitalismo-e-democracia-na-europa/#more-13126>. Consultado em 11/01/2016
- MARTINS, Carlos Eduardo (2015). As esquerdas e a derrota na Venezuela: decifra-me ou te devoro. *Blog da Boitempo*. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/12/10/as-esquerdas-e-a-derrota-na-venezuela-decifra-me-ou-te-devoro/>. Consultado em 11/01/2016.
- MARX, Karl. (s.d). O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. São Luis: Editora Alfa Omega.
- MELO, Damian Bezerra de. (2015). A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. Disponível em: https://www.academia.edu/15025664/A_DIREITA_GANHA_AS_RUAS_ELEMENTOS_PARA_UM_ESTUDO_DAS_RA%C3%8DZES_IDEOL%C3%93GICAS_DA_DIREITA_BRASILEIRA. Consultado em 12/01/2016
- MORAES, Reginaldo C. (1998). Neoliberalismo e neofascismo – és lo mismo pero no és igual? *Crítica Marxista*, n. 7, pp. 121-126.

- NERY, Vanderlei Elias. (2014). Diretas Já: mobilização de massas com direção burguesa. In: PINHEIRO, Milton. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo.
- PETRAS, James (2015). A ofensiva dos EUA na América Latina: golpes, retirada e radicalização. *Dhnet*. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/direitosglobais/textos/petras_fsm.htm, Consultado em 18/06/2015
- POULANTZAS, Nicos. (1977a). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____ (1977b). As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____ (1985). *O Estado, o poder, o socialismo*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- SAES, Décio (2001). *República do Capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- SILVA, Ilse Gomes (2003). *Democracia e participação na 'reforma' do Estado*. São Paulo: Cortez.